Breves considerações sobre a realização de contratos frente a pandemia da COVID-19 face as disposições constantes no Código Civil Brasileiro

O art. 317 do Código Civil de 2002, estabelece que: *"Quando, por motivos imprevisíveis, sobrevier desproporção manifesta entre o valor da prestação devida e o do momento de sua execução, poderá o juiz corrigi-lo, a pedido da parte, de modo que assegure, quanto possível, o valor real da prestação."*

Este artigo traz à tona a Teoria da Imprevisão. Esta Teoria tem aplicabilidade quando uma situação nova e extraordinária surge no curso do contrato, colocando uma das partes em extrema dificuldade.

Assim, esta situação nova e extraordinária muda as circunstâncias negociais que fizeram parte da concretização do negócio jurídico, quando da sua celebração, e que uma vez presentes à época da sua celebração do contrato, o negócio jurídico muito provavelmente não teria ocorrido.

Em outras palavras, a teoria da imprevisão poderá ser aplicada quando, por motivos imprevisíveis houver um desequilíbrio do valor da prestação devida entre o momento em que esta prestação foi estabelecida e o momento do seu adimplemento/pagamento.

Para tanto, faz-se necessário o preenchimento de requisitos para que haja esta intervenção, quais sejam:

- a) Motivos imprevisíveis, desde que a imprevisibilidade não abarque os riscos ordinários do contrato. (A pandemia do coronavírus é um evento imprevisível pela maioria da doutrina e que não estava contido nos riscos ordinários do contrato);
- b) A desproporção entre a prestação devida deve ser expressiva e identificável;
- c) O reequilíbrio da prestação deverá ser postulado pela parte e não pelo juízo;
- d) O contrato deverá ser de longa duração, com adimplemento parcelados;
- e) Os acontecimentos imprevisíveis não podem ser imputados ao lesado.

Art. 927 CCB. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.

Responsabilidade objetiva – “É a responsabilidade advinda da prática de um ilícito ou de uma violação ao direito de outra pessoa, mas que, para ser provada e questionada, independe da aferição de culpa ou dolo.”.

Em assim sendo, cabe a parte prejudicada ingressar em juízo para que este possa corrigir e assegurar, o quanto possível, o valor real da prestação, em se tratando da pandemia do coronavírus. Este artigo deverá ser analisado em conjunto com o art. 478 do CCB.

Onerosidade excessiva

Noutro giro, o art. 478 do Código Civil de 2002, estabelece que: *“Nos contratos de execução continuada ou diferida, se a prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa, com extrema vantagem para a outra, em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, poderá o devedor pedir a resolução do contrato. Os efeitos da sentença que a decretar retroagirão à data da citação.”*

Para a caracterização da onerosidade excessiva de uma das partes, faz-se necessário a comprovação, além dos requisitos da Teoria da Imprevisão contidos no art. 317 do CCB, quais sejam: motivos imprevisíveis, desproporção entre a prestação devida, expressiva e identificável; contrato de longa duração, com adimplemento parcelado; acontecimentos imprevisíveis; que uma das partes obtenha uma extrema vantagem em relação a outra, decorrente de evento imprevisível e extraordinário, e ainda, que a excessiva onerosidade para a contraparte, seja advinda do mesmo evento imprevisível e extraordinário.

Neste caso, poderá o devedor pedir a modificação equitativa das condições do contrato, e caso não seja possível, pedir a sua rescisão.

Posto isto, caso a pandemia do coronavírus tenha causado a onerosidade excessiva a uma das partes em detrimento da outra, a modificação do contrato ou a resolução poderão ser pleiteados, desde que também presentes os requisitos constantes no art. 317 do CCB, que trata da Teoria da Imprevisão.

Caso Fortuito ou Força Maior

O art. 393 do Código Civil dispõe que: *“O devedor não responde pelos prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior, se expressamente não se houver por eles responsabilizado.”*

Parágrafo único. O caso fortuito ou de força maior verifica-se no fato necessário, cujos efeitos não era possível evitar ou impedir.

Entende-se por Caso Fortuito todo acontecimento natural ou derivado da força da natureza, ou do fato das coisas, como o raio do céu, inundação, terremoto, dentre outros e Força Maior consiste no fato de outrem, como a invasão de um território, guerra, revolução, uma pandemia como esta que estamos vivenciando.

Art. 727 CCB. Aquelle que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.

Responsabilidade objetiva – “É a responsabilidade advinda da prática de um ilícito ou de uma violação ao direito de outra pessoa, mas que, para ser provada e questionada, independe da aferição de culpa ou dolo.”

Verifica-se em ambos os casos a impossibilidade de cumprimento de determinada obrigação pelo devedor frente a um Caso Fortuito ou evento de Força Maior, que representa fatores excludentes de responsabilidade que rompem o nexo de causalidade existente entre o agente devedor da obrigação e a obrigação a ser cumprida.

Diante da impossibilidade do cumprimento da obrigação, a parte impossibilitada não será responsabilizada pelo descumprimento, pois haverá exoneração da responsabilidade.

·Se o risco de epidemia estiver inserido na atividade da parte, não há caso fortuito ou força maior (por exemplo, atividades hospitalares).

Contudo, não há precedentes sobre uma pandemia igual à do coronavírus, que afeta todos os setores econômicos.

Caso relevante: greve dos caminhoneiros (maio/2018) qualificada como situação de força maior/fortuito externo, quando se comprova o nexo causal entre a greve e a impossibilidade de cumprir a obrigação.

A equipe Barroso está preparada para auxiliá-lo em eventuais descumprimentos contratuais face a pandemia do Coronavírus.

Art. 927 CCB. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.

Responsabilidade objetiva – “É a responsabilidade advinda da prática de um ilícito ou de uma violação ao direito de outra pessoa, mas que, para ser provada e questionada, independe da aferição de culpa ou dolo.”.